

FLACSO-Brasil

Maestría “Estado, Gobierno y Políticas Públicas”

Dilemas da educação no Brasil e na América Latina

André Lázaro, 12 de março de 2024

1. Saudação

Boa noite a todas as pessoas que participam deste momento de abertura do curso de maestria **“Estado, Gobierno y Políticas Públicas”** promovido pela Flacso Brasil. Quero agradecer à FLACSO, na pessoa da Diretora Geral do sistema FLACSO, Dra. Josette Altmann Borbón, que neste momento visita o Brasil. Quero parabenizar a equipe da FLACSO-Brasil, na pessoa da Diretora da Profa. Rita Potyguara, e das coordenadoras do curso, Andrea Azevedo e Júlia Tibiriçá, a quem agradeço pelo convite para esta palestra de abertura.

Sou André Lázaro, graduado em Letras e pós-graduado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sou professor aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tive a honra de participar do Ministério da Educação de 2004 a 2010 na área de educação para diversidade. No período de 2010 a 2016 presidi o Conselho Assessor do Plano de Metas Educativas 2021 da Organização dos Estados Americanos¹. Integro o Conselho Deliberativo do Fundo Baobá para a Equidade Racial². Atualmente sou colaborador da FLACSO-Brasil e Diretor de Políticas Públicas da Fundação Santillana³.

2. A título de Sumário Executivo

¹ <https://oei.int/coleccion/es/informe-miradas>

² <https://baoba.org.br/>

³ <https://www.fundacaosantillana.org.br/>

Eu sempre admirei o poder de síntese dos documentos que apresentam um sumário executivo, oferecendo uma visão panorâmica do que será tratado. Embora aqui não seja possível pular capítulos, resumo minha apresentação para situar do que vamos falar e as questões de que queremos tratar.

Uma questão inquietante que surge ao pesquisarmos as políticas públicas de educação na região da América Latina e no Brasil em particular é o descompasso entre a realidade social da região (e também do Brasil), as políticas públicas e os resultados educacionais. Esse descompasso se manifesta expressivamente em várias dimensões: o acesso desigual à educação, os processos de inclusão/exclusão da diversidade e o respeito (ou falta de) aos saberes que ela traz, as aprendizagens precárias, a progressiva exclusão de populações periféricas, rurais, negra e indígenas, as taxas de conclusão nas etapas da educação básica, a precária condição das escolas e das condições das profissionais da educação.

No Brasil, temas centrais para o desenvolvimento das pessoas, preparação para o exercício da cidadania e para ingresso no mundo do trabalho estão ausentes dos currículos escolares, como a questão do racismo e do patriarcalismo, o estímulo ao debate político cidadão, o silenciamento imposto ao tratamento pedagógico das questões de gênero e sexualidade, a timidez na denúncia da emergência climática são exemplos dessa omissão.

O descompasso entre a educação e a realidade sociocultural e econômica da região, com seus elevados níveis de concentração de riqueza e poder, é a questão que vai motivar as leituras e análise das informações aqui reunidas.

Nosso percurso se inicia com o próprio conceito de América Latina e uma visão de como a educação, como função social, foi

sendo incorporada como fator de formação e transformação da região. Vamos considerar a composição demográfica, étnica e racial que constitui a complexa formação sociocultural da região latino-americana e as tensões que se formam em torno dessa realidade social e política.

Para entender melhor a dinâmica do Brasil, vamos trabalhar com as informações sobre a luta pela educação, fator de mobilização das lideranças do movimento negro brasileiro logo após a abolição, que revela as ambiguidades em torno do valor da educação para a população negra recém liberta.

Vamos considerar dados sociais e educacionais relativos à América Latina, o continente que apresenta os mais graves indicadores de desigualdade social em todo mundo. Se aceitarmos os resultados do PISA, avaliação em larga escala de aprendizagens jovens de 15 anos da qual participam 81 países, a AL é também a região do mundo com piores indicadores naquela avaliação.

Mas, como a educação se tornou um tema de interesse mundial? Como é possível realizar comparações entre povos, culturas, sociedades tão distintas como os países da AL e as potências econômicas? Como se organizou uma agenda educacional praticamente uniforme em todas as regiões do planeta? Vamos recorrer aos estudos do britânico Roger Dale sobre a “agenda globalmente estruturada para educação”.

Desse ponto de vista, passamos a analisar dados da educação brasileira, considerando a participação de distintos grupos sociais nos processos educativos e, finalmente, as políticas estruturantes recentemente formalizadas pelo Governo Federal, considerando inclusive os impactos que ainda persistem da pandemia da COVID-19.

Por fim, trago informações sobre as fontes que utilizei na preparação desta aula inaugural.

3. A criação da América Latina

O termo América Latina parece nascer de uma constatação óbvia: pelos efeitos das conquistas do século XVI, esta região do planeta foi colonizada pelos países de língua latina, Portugal e Espanha, em contraste com colonização norte-americana, sob o domínio anglo-saxão. Mas havia mais do que as línguas de origem latina: havia milhões de indígenas que falavam diversos idiomas, havia a escravização que deslocava milhões de africanos e africanas para o novo território, havia uma natureza exuberante que desafiava a imaginação de conquistadores e viajantes estrangeiros.

A escolha da expressão América Latina e não Pindorama ou El Dorado, pelo que se sabe, decorre de dois processos distintos e convergentes: por um lado atribui-se a expressão a um intelectual francês que, em 1836, advogava a ideia de que a matriz civilizatória greco-romana teria continuidade nas culturas de língua latina, fortalecida posteriormente pela submissão à Igreja Católica, em oposição à matriz civilizatória anglo-saxã, posteriormente submetida à religião anglicana. Desse modo, conclamava uma aliança quase ontológica da França com as nações que emergiam da ruptura colonialista ao longo do século XIX.

Essas “evidências” eram a rigor um constructo geopolítico para dar consistência às pretensões francesas de ocupar na região o lugar deixado pelas antigas metrópoles coloniais. De certo modo a invasão do México pela França nos anos 60 do século XIX traduzem essa ambição.

Por outro lado, pesquisadores latinos registram que o termo América Latina já havia sido adotado por intelectuais da região, seguindo o trabalho de um autor colombiano que em 1817 havia usado a expressão para fortalecer a identidade política e cultural face a interesses estrangeiros.

Como observou Silvio Almeida em um pequeno vídeo disponível no YouTube⁴, utilizando categorias do sociólogo Manuel Castells a construção de identidade regional atende a distintas finalidades: por um lado, responde à racionalização dos processos de dominação como uma identidade legitimadora. Os grupos que resistem às opressões e processos de dominação constroem uma identidade de resistência, e, por fim, é possível que a função desta elaboração de identidade atenda ao desejo de construir um projeto comum para a região.

Silvio Almeida lembra também que Lélia Gonzalez vai usar a expressão: amefricanidade para incluir a diáspora africana na identidade do continente. Em diferentes momentos da história, o termo abrigou distintos sentidos para diferentes atores políticos. Vamos lembrar, por exemplo, de como o termo América Latina ganhou contornos de protesto e resistência ao longo dos anos 60 em diversos países da região.

Aliás, vale uma pequena pergunta: quem se identifica como latino-americano? Silvio cita uma pesquisa⁵ que registra o fato de que apenas 4% dos brasileiros se definem como latino-americanos, face uma média 43% em outros países da região.

4. Composição demográfica étnica e racial do novo continente

⁴ Silvio Almeida: Soy Loco por ti, America.

<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/KtbxLvhdVqGSSnvppSnGfVWbVpdCfpKLq?projector=1>

⁵ Thiago Guimarães: Brasileiro despreza identidade latina, mas quer liderança regional, aponta pesquisa. BBC Brasil. 221 de dezembro de 2015.

A identidade latino-americana sempre viveu um conflito entre sua realidade étnica, racial e sociocultural e as expectativas que se construíram em torno de seu presente e futuro.

Sabemos que o racismo é uma invenção da modernidade, uma lógica que atende a interesses de dominação, expropriação, aniquilamento e usurpação de corpos, bens e direitos.

A escravização de africanos trouxe para as Américas, no período em 1514 e 1866 cerca de 12,5 milhões de pessoas, sendo que no Brasil chegaram em torno de 4,8 milhões. Segundo alguns autores, havia no Brasil, no século XVI em torno de 2,5 milhões de indígenas, embora esses números tenham sofrido constantes alterações para mais. No livro *ABYA AYALA*⁶, está registrado que havia em torno de 5 milhões de indígenas nos territórios que viriam a compor o Brasil, sendo que o genocídio alcançou 4 milhões. Aliás, segundo essa publicação, o total de pessoas vítimas do genocídio nas Américas – norte, central e sul - alcança cifra superior a 60 milhões!

No caso brasileiro, a chegada de africanos escravizados ao longo do período ultrapassa em muito o número da população europeia no período de 1550 a 1850. Resume um historiador:

“em cada cem pessoas desembarcadas no Brasil durante esse período, 86 eram escravos africanos e catorze eram colonos e imigrantes portugueses”⁷

A teorias racistas que justificavam o imperialismo europeu ao redor do mundo não permitiam que se olhasse para as Américas com esperança de aí surgiu uma civilização digna desse nome.

⁶ VIZZER, Moema. *Abya Ayala, genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas*. Rio de Janeiro, Mabual editora, 2021, página 24

⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *África, números do tráfico atlântico*. In: *Dicionário escravidão e liberdade*/Lilia M. Schwarcz e Flavio Gomes. São Paulo, Cia. Das Letras, 2018, página 60.

Para os conquistadores e seus descendentes, a mestiçagem entre europeus, africanos e indígenas era como que uma condenação ao atraso. É apenas nas primeiras décadas do século XX que haverá uma reação intelectual em que se busca recuperar a dignidade da demografia americana, em particular, latino-americana. A obra de José Vasconcelos (*Raza cósmica*, México, anos 20/30) e Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*, de 1933) no Brasil exemplificam esse esforço. No caso de Freyre, a solução conceitual foi cunhar a matriz da democracia racial, que oculta a barbaridade da escravidão e suas consequências atuais.

Esse desprezo pela população está presente no conjunto das políticas educacionais brasileiras desde a origem do país. Quando muito, a educação foi mobilizada como instrumento de conversão e subordinação das pessoas não-brancas, que eram a maioria, à lógica da religiosidade católica autoritária e a modelos de vida em violento contraste com as condições concretas de sobrevivência da população pobre.

Para Dermeval Saviani, em sua reflexão sobre a história da educação pública, o sistema jesuítico, criado no século XVI que perdurou até o século XVIII foi a fase da “educação pública religiosa”, tal como ocorrera na Europa dos séculos XVI e XVII com a reforma protestante pressionando pela alfabetização da população. O século XVIII europeu assiste à criação da “educação pública estatal”, reação do iluminismo contra a presença religiosa na orientação educacional. No Brasil, a reação que expulsa os jesuítas (1759) e fecha suas escolas não cria uma nova solução para a questão educacional pública. Na Europa, a Revolução Francesa dá origem a um novo modelo, a “educação pública nacional”, quando a criação dos Estados-nação demanda a formação de um novo perfil de cidadão, identificado com a

nação e seus símbolos: língua, história, origens, hino, heróis e vilões.

No Brasil, a independência de 1822 também mobiliza políticos e intelectuais para a formação de políticas educacionais que garantam a identidade do povo com seu novo país. Se nas artes os símbolos românticos contribuem para essa identidade, na educação a necessidade de criar um sistema educacional encontra expressão na lei de 15 de outubro de 1827. Aliás daí deriva a comemoração do Dia do Professor, em referência à primeira lei sobre educação do país. Talvez se a gente ler com cuidado a lei decida mudar a data de homenagem aos docentes. Além das distinções entre a educação dos meninos e das meninas, docentes devem arcar com os custos de sua formação e aperfeiçoamento. A lei orientava que as escolas ensinariam:

“a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana proporcionadas à compreensão dos meninos”⁸.

A promessa de haver escolas em todas as cidades, vilas e lugares populosos não se realizou e, visto que o Governo Central desistiu de cumprir o previsto na lei de 15 de novembro, o caminho encontrado foi descentralizar para as províncias a tarefa de educar seu povo. Embora iniciativas para a criação de um sistema educacional tenham surgido na época, como analisa Saviani, é apenas com a República de 1889 que o tema volta à agenda, mas já marcado pelas características que havia adquirido no regime anterior: a descentralização.

⁸ SAVIANI, Dermeval. A história da escola pública no Brasil. Revista de Ciências da Educação. p.188.

Se o novo regime era federativo e não centralizador como o Império, caberia às províncias realizar a tarefa educacional, o que ensejou um amplo conjunto de iniciativas nas diversas províncias. Essa dispersão de ações não constitui um sistema e não têm entre si grande coerência. Será a partir da Revolução de 1930 que a educação volta ao cenário como questão nacional. É nesse contexto que ganha valor o movimento da Educação Nova, expresso no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932 como um apelo ao povo e ao Governo, para a criação de uma educação pública, laica, gratuita, obrigatória capaz de contemplar a diversidade na unidade.

Mas, como lembrou recentemente o prof. Carlos Roberto Cury, parece que a cada avanço democrático na educação, surge um golpe de estado para deter a transformação possível. Os esforços dos inovadores de 1932 alimentam a constituição de 1934, mas o golpe de 1937 detém essas iniciativas. Com a volta da democracia em 1945, a sociedade civil, educadores, acadêmicos e políticos se mobilizam em torno de encontros e congressos para formular a Lei de Diretrizes e Bases, que se inicia em 1947 e é apresentada publicamente em 1961. No entanto, apesar de seu intuito de propor educação obrigatória para todas as crianças, a lei reconhecia como legítimas as justificativas de "*comprovado estado de pobreza do pai ou responsável*" e a "*insuficiência de escolas*", para isentar as famílias da responsabilidade de matricular seus filhos,

O golpe civil-militar de 1964, que neste ano completa 60 anos, jogou por terra as esperanças de uma educação para o país. As mobilizações de políticos, intelectuais, estudantes e organizações sociais, como sindicatos, entidades estudantis e ligas camponesas foram proibidas. Instituições foram fechadas – e incendiadas, como a sede da UNE no Rio de Janeiro – seus

líderes cassados, alguns presos, exilados, outros torturados e assassinados pela ditadura. A perseguição atinge também pesquisadores, como ficou conhecido o Massacre de Manguinhos, quando a ditadura cassou dez cientistas de ponta que atuavam na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em abril de 1970, obrigando-os ao exílio. Até hoje permanecem em aberto o destino dos corpos de 210 pessoas assassinadas pela ditadura e os responsáveis não foram denunciados por esse crime imprescritível.⁹

Será na Constituição de 1988 que a educação ganhará novo capítulo, que busca superar os entraves que até então fragmentavam e fragilizavam a garantia desse direito a todas as pessoas.

5. Movimento negro e educação

A população negra se constitui hoje na maioria do povo brasileiro. No século XIX as elites dirigentes se dedicaram por diversas vezes e com distintos instrumentos a impedir que essa realidade se constituísse. A ideia de promover o branqueamento da sociedade brasileira era uma constante desde o século XIX e a República recém criada deixou claras suas intenções quando tomou iniciativas para promover a imigração de trabalhadores europeus para suprir de mão-de-obra branca os postos de trabalho que a abolição havia transformado. A legislação era explícita: proibia a entrada de africanos e asiáticos.

⁹ Comissão da verdade da PUCSP: Ainda conforme levantamento feito pela Comissão Nacional da Verdade, 191 brasileiros que resistiram à ditadura foram mortos, 210 estão até hoje desaparecidos e foram localizados apenas 33 corpos, totalizando 434 militantes mortos e desaparecidos. E os agentes dos órgãos de repressão do Estado que foram até agora identificados, responsáveis pelas torturas e assassinatos, totalizam 337.
<https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/mortos-e-desaparecidos-contextualizacao.html#:~:text=Ainda%20conforme%20levantamento%20feito%20pela,434%20militantes%20mortos%20e%20desaparecidos>. Acesso em 9 de março de 2024.

A colonização do sul do país na República é a primeira iniciativa de ação afirmativa no Brasil, visto que muitos dos novos colonos chegavam com passagens e insumos oferecidos pelo Governo, além de uma gleba de terra para se instalarem com suas famílias.

Os negros, recém saídos da escravidão, buscavam construir com seus esforços os caminhos para a integração na sociedade cujas riquezas haviam construído com suas próprias mãos. Como narram a profa. Petronilha Beatriz e o prof. Luiz Alberto no artigo Movimento Negro e educação¹⁰, há intensa mobilização e luta do movimento negro para que a população tenha acesso à educação. Mesmo negros libertos eram proibidos de frequentar escolas em algumas províncias brasileira, durante e após o período da escravidão.

No entanto, alertam Petronilha e Luiz Alberto, o movimento negro vivia um dilema: se os intelectuais negros reconheciam na educação um caminho necessário para integração na sociedade nacional, por outro lado a população negra desconfiava dessa alternativa ao identificar nas rédeas do poder republicano os mesmos velhos escravocratas que haviam presidido o país e resistido à abolição.

Permitam a transcrição da análise que fazem os autores sobre o lugar e sentidos da educação naquele momento:

Já no início do século XX, o movimento criou suas próprias organizações, conhecidas como entidades ou sociedades negras, cujo objetivo era aumentar sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra. Dentre as

¹⁰ GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira, SILVA Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e educação. Revista Brasileira de Educação, Set/Out/Nov/Dez 2000, p.134 a 158.

bandeiras de luta, destaca-se o direito à educação. Esta esteve sempre presente na agenda desses movimentos, embora concebida com significados diferentes: 'ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano'.¹¹

A pesquisa desenvolvida pelos autores reúne dados confirmando que, ao contrário do que se supunha, a ação dos movimentos negros, neste primeiro momento do século XX, se constitui "*muito mais pela autonomia do que pela tutela*". Como lembram, pouco se esperava do Estado naquele momento¹². É, então, a luta do movimento negro criando associações e escolas, que amplia as oportunidades de acesso à educação escolar tanto da população negra como da população branca pobre. Vale ressaltar que o movimento negro, como ainda hoje, tem amplas práticas de educação não formal, como por exemplo a realização de bailes e festas onde, além da dança, se realizavam palestras de cunho informativo e político.¹³

Ao longo do século XX, por meio da ação de associações como a Frente Negra Brasileira (São Paulo 1931), e do Teatro

¹¹ Idem, p.139.

¹² Idem, p. 146.

¹³ "As organizações desempenham vários papéis no interior da população negra. São pólos de agregação que podem funcionar como clubes recreativos e associações culturais (grupos que preservam valores afro-brasileiros), ou como entidades de cunho político, ou, mais recentemente, como formas de mobilização de jovens em torno de movimentos artísticos com forte conteúdo étnico (*hip-hop*, blocos afros, *funk* e outros). Em muitos casos elas se configuram como instâncias educativas, na medida em que os sujeitos que participam delas as transformam em espaços de educação política.". Idem p. 139.

Experimental do Negro (Rio de Janeiro 1944) o movimento negro manteve a educação como foco de sua atuação, ciente de que tanto o ingresso de pessoas negras nos diferentes níveis de ensino, como o reconhecimento da decisiva participação das distintas culturas africanas trazidas pelo tráfico humano seriam elementos fundamentais para que o Brasil oficial se reencontrasse com as origens e formação de sua população e sociedade.

O acesso à educação superior no Brasil exemplifica parte do processo de exclusão a partir das lógicas meritocráticas. Sob a coordenação da profa. Marta Arretche, um conjunto de pesquisadores do Centro de Estudos da Metrópole examinou dados dos Censos Demográficos brasileiros de 1960 a 2010 em diversas dimensões da vida social. Destaco a trajetória de dois grupos sociais na educação. Transcrevo:

“Protagonistas do movimento feminista e do movimento pelos direitos civis na década de 60, mulheres e pretos não tiveram, contudo, o mesmo sucesso em suas respectivas pautas de emancipação. A partir de 1970, as mulheres passaram a frequentar maciçamente os bancos universitários, a ponto de serem maioria na população universitária em 2010. (...) Ainda que pretos e pardos tenham paulatinamente ingressado na universidade nas últimas décadas, o fato é que, em 2010, os brancos eram 75% da população universitária”¹⁴

A luta do movimento negro traz exemplos vitoriosos: são a lei 10.639/2003, o Estatuto da Igualdade Racial (lei 12288/2010), a lei de cotas educacionais (lei 12.711/2012) e a lei de cotas nos concursos públicos (lei 12990/2014). Esse conjunto normativo torna-se um ecossistema que da educação básica à pós-graduação busca redistribuir direitos e promover o

¹⁴ ARRETCHÉ, Marta (org.) Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paul, UNESP; CEM, 2015.

reconhecimento, duas formas concretas de reparação. Mas, como sabemos, o racismo que se pretende combater é o mesmo que impede a realização cotidiana dessas iniciativas. Para ficar num único exemplo, a lei 10.639 completou 20 anos, mas menos da metade das escolas públicas realizam a formação e atividades prescritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que neste ano de 2024 completam 20 anos!

6. Agenda Globalmente Estruturada para a Educação

A expressão AGEE pretende investigar como, especialmente a partir do final da segunda guerra mundial, progressivamente se expande no mundo uma matriz educacional a que os países acabam aderindo por distintos processos sociais e políticos.

Vou acompanhar o trabalho do pesquisador britânico Roger Dale¹⁵, que criou essa expressão AGEE. Ele argumenta que os processos de globalização, que se radicalizam a partir dos anos 80 do século XX, levam o neoliberalismo ao papel de credo econômico que promete a livre circulação de ideias e mercadorias, restringe o papel regulador do Estado, rompe padrões das relações entre capital x trabalho, suprime barreiras e avança na padronização de práticas econômicas.

A globalização é vista como sendo construída através de três conjuntos de atividades relacionadas entre si, econômicas, políticas e culturais. Estes podem ser caracterizados como hiper

¹⁵ DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

liberalismo, governação sem governo e mercadorização e consumismo, respectivamente.

A globalização neoliberal se organiza como um conjunto de arranjos políticos e econômicos para a dinamização da economia global, impulsionada mais pela necessidade de manter o sistema capitalista do que por quaisquer valores. A adesão aos seus princípios se dá pela influência política e econômica e pela percepção dos próprios interesses. Impactos:

- a. São os interesses da economia global que, em última análise, estabelecem os parâmetros para a educação e o currículo. Ora, os interesses da economia global são representados pelas organizações internacionais criadas para esse fim (Banco Mundial, FMI, OCDE, Fórum Econômico Mundial, etc)
- b. Produção de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE); um
- c. dança de Governo para governação e a constitucionalização neoliberal (exemplo a autonomia do Banco Central).

Neste contexto, o sentido da educação como prática social sofre intensa transformação: a educação é função para otimizar os processos produtivos e criar novas subjetividades alicerçadas no individualismo e no consumismo. A lei econômica de todos contra todos em busca da otimização dos lucros vale também para os atores do espaço social: a competição irrestrita é vista como fator de desenvolvimento econômico, ainda que seja crescente a concentração do poder e das riquezas resultantes desse processo.

A educação perde seu sentido utópico e transformador para adquirir valor instrumental, processo a ser racionalizado com vistas aos fins do mercado. Crescem as avaliações em larga escala, os rankings de economias (linguagem da OCDE para descrever o PISA) e os modelos pré-fabricados para reorganizar o setor educacional. O receituário de medidas educacionais tem origem nas calculadoras e laptops dos agentes da globalização: FMI, Banco Mundial, OCDE, são várias as instituições que passam a enxergar a educação como fator produtivo a partir das premissas que orientam a visão neoliberal do mundo.

O sociólogo Boaventura Santos argumenta que há um dilema no interior do processo educacional¹⁶. Desde suas origens, a educação escolar tanto teve o sentido de atualizar a herança e o patrimônio cultural das sociedades, socializando as crianças e jovens nesses valores, como promover a autorrealização dos indivíduos e construir assim uma sociedade ideal nos termos dessa sociedade. Portanto, a educação traz consigo uma promessa de futuro distinto do presente vivido. Enquanto no início da modernidade a educação mantinha diálogo com as características do estado-nação e expressava em seu currículo os valores, narrativas e práticas que reforçavam essas características, com a globalização surge uma nova linguagem: o que importam são as “habilidades e competências”. As orientações das políticas educacionais passam a ter origem nos organismos que comandam a economia mundial. Vale a pena lembrar que no final do século XX a UNESCO realizou um amplo conjunto de conferências e consultas que resultaram no conhecido Relatório Delors¹⁷, que traz uma visão humanizadora do processo educativo. É interessante confrontar a abordagem

¹⁶ DALE, Roger. A globalização e o desenho do terreno curricular. Espaço do currículo, v.1, n.1, pp.12-33, Março-Setembro/2008. P.15.

¹⁷ https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por

dos 4 pilares propostos pelo Relatório com a concepção de “capital humano”¹⁸, promovida pelas instituições econômicas.

Um dos marcos desse processo é o exame PISA, onde o Brasil e demais países da América Latina apresentam os piores resultados.¹⁹ Torna-se trágico que países com as características econômicas, sociais, culturais e políticas da América Latina sejam comparados às economias dominantes no mundo a partir de resultados educacionais de seus estudantes de 15 anos, como é a regra do PISA.

7. Dilemas e desafios atuais da educação

Estamos chegando ao final de um percurso que iniciamos com o questionamento de nossa própria identidade regional como “latino-americanos” e passamos rapidamente por uma questão que merece análise, que é a falta de adesão dos brasileiros a essa identidade. Vimos como se configuraram conflitos entre as promessas civilizatórias dos modelos importados da Europa e as realidades demográficas, sociais, culturais e políticas dos povos e nações que constituem a América Latina. Embora o Brasil esteja de costas para o continente do qual ocupa a maior parte e ainda que se recuse a reconhecer como latino-americano, os dilemas, desafios e impasses que o país atravessa não são estranhos nem inéditos na região. Como nos demais países foram massacrados os povos originários e a riqueza nasceu do trabalho de africanos e africanas escravizados ao longo de séculos. Contrariamente ao demais países que lutaram contra sua metrópole para alcançar a independência, o Brasil se distingue da região pelo modo como a própria casa reinante decretou a independência de Portugal,

¹⁸ <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/caphum.html>

¹⁹ Uma leitura crítica dos pressupostos do PISA pode ser encontrada em: Rivas, A. et al. (2020): *Las llaves de la educación. Estudio comparado sobre la mejora de los sistemas educativos subnacionales en América Latina*, Fundación Santillana, Madrid. P. 22 e seguintes.

uma tradição de transições políticas feitas pelas elites com baixa participação popular. Como os demais países da região – com raras exceções – continuamos a ser uma sociedade altamente excludente, hierarquizada, racista, machista e autoritária, ainda que sejam imensos os esforços para superar características tão profundamente arraigadas no Brasil, A ascensão política e eleitoral da extrema-direita é uma das expressões desses valores autoritários que validam a violência brutal que marcam nossa sociedade.

Foram muitos os movimentos sociais – negros, feministas, do campo, indígenas, LGBTQIA+ - além de intelectuais e políticos que buscaram construir políticas públicas de educação que, além de acolher a diversidade sociocultural brasileira, investiram para que os valores e práticas culturais desses grupos fossem reconhecidos e integrassem nosso currículo escolar, na perspectiva do acolhimento do país que somos e na distribuição justa dos bens simbólicos, que constitui o processo educacional. Todavia, ainda não logramos fazer das quase 180 mil escolas do país, com 2,3 milhões de educadoras e educadores e praticamente 50 milhões de estudantes uma rede articulada que promova aprendizagens significativas para a transformação da vida de nossas crianças, jovens e adultos²⁰.

A região da América Latina ainda sofre dores comuns. Como observa o Panorama Social da América Latina y Caribe no relatório relativo a 2022²¹, dedicado à educação, a região atravessa uma crise social prolongada e, ao contrário da primeira década do século, desde 2015 há crise de emprego, elevação da inflação, deterioração dos níveis de bem-estar e

²⁰ BRASIL, INEP. Resumo Técnico do Censo da Educação Básica 2023. Brasília, INEP, 2024

²¹ CEPAL, *Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2022. Resumo executivo.* (Santiago, 2022).

estagnação dos avanços educacionais. Esse quadro veio a ser fortemente afetado pela COVID-19 e seus efeitos se prolongam em diversas dimensões da vida social.

Não podemos esquecer, como lembra o relatório da CEPAL, que em setembro de 2022 a região acumulava 26,7% dos mortos pela COVID-19, embora conte com 8,4% da população mundial²². A educação escolar sofreu longas paralisações com escolas fechadas, o que impacta não apenas as aprendizagens, mas afetam o acesso à alimentação, à convivência com influência na saúde física e mental de crianças, adolescentes e jovens. Os profissionais da educação foram submetidos a duros desafios, em especial as mulheres, que, no Brasil, representam 80% dos docentes da educação básica.

O documento da CEPAL, na análise dos impasses e dilemas da educação na região, recomenda a retomada dos conceitos expressos nos 4 pilares propostos pelo relatório Delors para recuperação da educação na região.

No Brasil conhecemos as absurdas proporções de óbitos provocados de mal intencionada gestão da pandemia pelo governo federal. Na educação são ainda sensíveis os impactos na alfabetização das crianças, na perda de aprendizagens curriculares, abandono e evasão escolares, em especial das juventudes. É notável como parece não ser levado em conta o conjunto de saberes construídos pela resistência, nas comunidades populares em especial, contra o avanço da pandemia. Falava-se mais nas perdas curriculares do que nas aprendizagens conquistadas em diversas formas de comunicação, apoio, solidariedade que a convivência nas condições impostas pela pandemia gerou.

²² Idem, p. 14.

Há ainda a dimensão da saúde mental de crianças, jovens, adultos e profissionais da educação, que convergem para o espaço escolar. após tão longo período de convivência familiar obrigatória. Há que aprender a conviver em espaços comuns e coletivos, a conciliar esta vivência com os desafios e dificuldades que novas aprendizagens sempre impõem, em ambientes ainda inseguros quanto às condições de saúde e prevenção sanitária. Não podemos esquecer que vacinação infantil sofreu grave queda nas coberturas vacinais, ampliando riscos para toda a população.

Some-se a essas circunstâncias o ingresso de novas tecnologias no cotidiano, que afetam tanto a convivência quanto as formas de aprendizagem. Ainda não se constituiu um saber comum sobre o modo de lidar com esses equipamentos e suas possibilidades e as aprendizagens sociais sobre essas práticas são controversas. A recente proibição de aparelhos celulares nas escolas da educação básica é a escolha de um caminho para lidar com esse desafio. Se a escola puder oferecer uma experiência significativa com o uso das redes e das ferramentas de busca estará cumprindo sua tarefa pedagógica e cidadã.

Os dados recentes do Censo da Educação Básica trazem boas notícias quanto à retomada do atendimento educacional em todas as etapas, excetuando a modalidade da EJA, que permanece em descenso significativo desde meados da década passada.

O fluxo escolar parece recuperar o avanço, após o continuum curricular 2020/2021, quando se evitou a reprovação em todos os níveis e modalidades.

Notáveis, porém, são as desigualdades persistentes entre o atendimento da educação do campo e a educação urbana em

todos os aspectos: número de escolas, as do campo vem sendo fechadas sistematicamente em todo país, a infraestrutura, equipamentos didáticos, formação docente, entre outros aspectos. O campo reúne 5 milhões de matrículas e mesmo assim continua sem uma política justa com seus valores e práticas. Para conhecer algumas escolas do campo ver pesquisa da Flacso²³. Do mesmo modo, povos indígenas, comunidades quilombolas são grupos cujo acesso à educação é limitado tanto pelos recursos quanto pelos resultados.

En América Latina y el Caribe, la condición étnico-racial opera como un eje estructurante de la matriz de la desigualdad social, que se refleja en las características de la inclusión laboral de las personas afrodescendientes o pertenecientes a Pueblos Indígenas²⁴

No entanto, há crescente reação desses grupos em favor de maior autonomia e melhores recursos para realizar uma educação de acordo com seus valores e princípios. Essa mesma pesquisa citada – práticas educativas – realizada durante a pandemia, traz um conjunto de iniciativas de articulações escola-comunidade nesses grupos que ressignificam o sentido e os resultados da educação.

O dilema, para simplificar um pouco esse breve percurso, é como a educação – entendida como um sistema de ações com vistas a produção de aprendizagens – pode ignorar práticas, valores, experiências e vivências do seu povo? A padronização educacional em nome da igualdade tem sido um fator de reprodução de desigualdades. Como superar esse procedimento dominante em favor de aprendizagens significativas e transformadoras?

²³ Ver: <http://praticaseducativas.org.br/>

²⁴ CEPAL, *Panorama Social de América Latina y el Caribe*. Santiago, 2023, p. 109.

8. Fontes

Além das fontes citadas ao longo do texto, acrescento bibliografia que pode ser de interesse:

Textos:

- CEPAL: *Encruzilhadas da educação na ALyC: ODS4*. UNESCO, CEPAL UNICEF, 2022
- DALE, Roger. A globalização e o desenho do terreno curricular. *Espaço do currículo*, v.1, n.1, pp.12-33, Março-Setembro/2008.
- DALE, Roger. A sociologia da educação e o estado após a globalização. *Educação & Sociedade*, vol. 31, núm. 113, outubro-diciembre, 2010, pp. 1099-1120
- DALE, Roger. Estado, globalização, justiça social e educação: reflexões contemporâneas de Roger Dale. *Currículo sem fronteira*, v.14, n.2, p.5-16, Maio/Agosto 2014.
- DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.
- Rivas, A. et al. (2020): *Las llaves de la educación. Estudio comparado sobre la mejora de los sistemas educativos subnacionales en América Latina*, Fundación Santillana, Madrid.
- TEDESCO, Juan Carlos. *Educación y justicia social en América Latina*. - 1a ed. – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; Universidad Nacional de San Martín, 2012.

Vídeos:

- A invenção da ideia de América Latina nos séculos XIX e XX (Aula 1, parte 1):
<https://www.youtube.com/watch?v=-QTqNuCBZwE>
- A invenção da ideia de América Latina nos séculos XIX e XX (Aula 1, parte 2)
https://youtu.be/ykkIkChfs_0?si=baDJztEfObVxjVAG
- Silvio Almeida: Soy loco por ti América:
<https://youtu.be/KfhyZn7Xr-o?si=BY5waN5QOodxmPcE>